

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos	13
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	20
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	21
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	25
4.7 - Outras contingências relevantes	26
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	28
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	29
5.3 - Descrição - Controles Internos	30

Índice

5.4 - Programa de Integridade	31
5.5 - Alterações significativas	33
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	38
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	39
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	40
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	41
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	42
7.3 - Produção/comercialização/mercados	43
7.4 - Principais clientes	44
7.5 - Efeitos da regulação estatal	45
7.6 - Receitas relevantes no exterior	46
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	47
7.8 - Políticas socioambientais	48
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	49
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	50
8.2 - Alterações na condução de negócios	51
8.3 - Contratos relevantes	52
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	53
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	54
9.1.a - Ativos imobilizados	55
9.1.b - Ativos Intangíveis	56
9.1.c - Participação em sociedades	57
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	58
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	59

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	71
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	73
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	78
10.5 - Políticas contábeis críticas	81
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	84
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	85
10.8 - Plano de Negócios	86
10.9 - Outros fatores com influência relevante	88
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	89
11.2 - Acompanhamento das projeções	90
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	91
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	93
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	94
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	95
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	96
12.7/8 - Composição dos comitês	100
12.9 - Relações familiares	101
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	102
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	103
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	104
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	105
13.2 - Remuneração total por órgão	106
13.3 - Remuneração variável	108
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	109
13.5 - Remuneração baseada em ações	110
13.6 - Opções em aberto	111
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	112
13.8 - Precificação das ações/opções	113

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	114
13.10 - Planos de previdência	115
13.11 - Remuneração máx, mín e média	116
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	117
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	118
13.14 - Remuneração - outras funções	120
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	121
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	122
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	123
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	127
14.3 - Política remuneração dos empregados	128
14.4 - Relações emissor / sindicatos	129
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	130
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	131
15.3 - Distribuição de capital	135
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	136
15.5 - Acordo de Acionistas	137
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	138
15.7 - Principais operações societárias	139
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	140
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	141
16.2 - Transações com partes relacionadas	143
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	148
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	150
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	151
17.2 - Aumentos do capital social	152
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	153
17.4 - Redução do capital social	154

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	155
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	156
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	157
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	158
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	159
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	160
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	161
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	162
18.8 - Títulos emitidos no exterior	163
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	164
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	165
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	166
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	167
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	168
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	169
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	170
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	171
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	172
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	173
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	174
21.3 - Responsáveis pela política	175
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	176

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Gustavo Serrao Chaves****Cargo do responsável**

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Fábio Tadeu Marchiori Gama****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente**1.1 - Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores****1.1 (i) Declaração do Diretor Presidente****DECLARAÇÃO**

Eu, **Gustavo Serrão Chaves**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 18.287.053 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.508.247-39, com endereço comercial na Rua Sapucaí, nº 383, Parte, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-904, na qualidade de Diretor Presidente da Ferrovia Norte Sul S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.257.877/0001-37, com sede em São Luís/MA, na Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, Retorno do Itaqui, bairro Itaqui-Pedrinhas, CEP 65.085-582, **declaro** que:

- a) Revi o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na instrução CVM 480, em especial os artigos 14 a 19, e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020



Gustavo Serrão Chaves

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**1.1 (ii) Declaração do Diretor de Relações com Investidores****DECLARAÇÃO**

Eu, **Fábio Tadeu Marchiori Gama**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da carteira de identidade RG nº 15.549.110, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.106.628-75, com endereço comercial na Rua Helena, nº 235, 5º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04552-050, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Ferrovia Norte Sul S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.257.877/0001-37, com sede em São Luís/MA, na Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, Retorno do Itaqui, bairro Itaqui-Pedrinhas, CEP 65.085-582, **declaro** que:

- a) Revi o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na instrução CVM 480, em especial os artigos 14 a 19, e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020



Fábio Tadeu Marchiori Gama

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

As declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores encontram-se nos itens 1.1 e 1.2 deste formulário.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26		
Período de prestação de serviço	22/01/2019		
Descrição do serviço contratado	1) Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2019 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; 2) Relatórios de revisão das informações contábeis intermediárias em 31/03/2019, 30/06/2019 e 30/09/2019, elaboradas de acordo com o CPC 21 (RI) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB; 3) Relatórios de recomendações sobre os controles internos, compreendendo nossas constatações.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes receberam honorários no valor total de R\$ 177 mil, pelos serviços de auditoria contratados conf. detalhado no item 2.1 acima, não tendo sido prestados quaisquer outros serviços para a Companhia.		
Justificativa da substituição	Rotação do prestador de serviços de auditoria externa independente, conforme roga a instrução 308/199.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável.		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Salvador	22/01/2019	032.954.046-74	Rua Antônio de Albuquerque, 330, 12º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (31) 32697900, Fax (31) 32697900, e-mail: msalvador@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26
Período de prestação de serviço	22/01/2019
Descrição do serviço contratado	1) Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2019 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; 2) Relatórios de revisão das informações contábeis intermediárias em 31/03/2019, 30/06/2019 e 30/09/2019, elaboradas de acordo com o CPC 21 (RI) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB; 3) Relatórios de recomendações sobre os controles internos, compreendendo nossas constatações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes receberão honorários no valor total de R\$ 180 mil, pelos serviços de auditoria contratados conforme detalhado anteriormente.
Justificativa da substituição	Rotação do prestador de serviços de auditoria externa independente, conforme roga a instrução 308/199.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Salvador	01/04/2019	032.954.046-74	Rua Antônio de Albuquerque, 330, 12º andar, Funcionário, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (5531) 32691525, e-mail: msalvador@deloitte.com

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**2.3 Outras Informações relevantes**

No exercício de 2019, haverá a rotação do prestador de serviços de auditoria externa independente, conforme roga a instrução 308/199, que diz:

"Artº: 31. O Auditor Independente - Pessoa Física e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data desta Instrução, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontratação. "

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	2.334.422.362,00	2.422.324.012,82	2.251.941.803,85
Ativo Total	3.168.092.451,00	2.750.622.375,00	2.649.653.369,19
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	876.079.722,00	752.980.404,45	681.164.774,46
Resultado Bruto	372.565.508,00	322.135.219,00	284.288.922,18
Resultado Líquido	292.098.349,00	271.220.416,00	248.672.487,74
Número de Ações, Ex-Tesouraria	1.835.966.791	1.835.966.791	1.835.966.791
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,271490	1,319400	1,226600
Resultado Básico por Ação	0,159100	0,147700	0,135400
Resultado Diluído por Ação	0,16	0,15	0,14

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**3.2. Medições não contábeis****a - Valor das Medições não Contábeis**

A Companhia reporta o LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (em inglês, *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) em seu relatório da administração.

Segue reconciliação:

Evolução (R\$ milhares de reais)	2019	2018 (Reapresentado)	2017 (Original)
Receita Bruta	913.990	784.406	714.509
(-) Deduções	(37.910)	(31.426)	(33.344)
Receita Líquida	876.080	752.980	681.165
(-) Custos Totais	(367.537)	(317.133)	(299.197)
(+/-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	(20.380)	(7.677)	1.720
EBITDA	488.163	428.170	383.688
Margem EBITDA	55,72%	56,86%	56,33%
(-) D&A (depreciação e amortização)	(135.977)	(113.712)	(97.673)
(-) Resultado Financeiro Líquido	(3.139)	4.930	8.501
(-) IR & CSLL	(56.948)	(48.168)	(45.791)
Resultado Líquido	292.099	271.220	248.725

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs**3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras****Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos**

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro/2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro/2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com consequente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo VLI e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos, açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recordes apuradas em 2020, bem como a vigorosa valorização do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de commodities agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – impairment

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. As análises realizadas até a data de aprovação desta demonstração intermediária não indicaram a necessidade de registro de provisão para impairment de ativos não financeiros (imobilizado e intangível).

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(iv) Liquidez

O Grupo VLI analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas do Grupo. Por último, cabe ressaltar que o Grupo VLI possui acionistas com solidez financeira suficiente para prover suporte financeiro em caso de necessidade.

A Companhia opera no contexto do Grupo VLI, que possui concessões de ferrovias e portos. O Grupo VLI entende que as suas operações de ferrovias e portos integram um único segmento de negócio e, neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo VLI realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo VLI apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo VLI e das situações específicas de cada uma das empresas do Grupo VLI (VLI, VLI Multimodal, FCA, FNS, Ultrafértil), com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo VLI aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, sendo projetada economia em razão desta medida de aproximadamente R\$150 milhões somente no exercício 2020, e tomando ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

Consideração final

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4 Política de destinação dos resultados**

Resultado Líquido (R\$ Milhares)	2019 292.099	2018 (Reapresentado) 271.220	2017 (Original) 248.719
a. Regras sobre retenção de lucros		Exceto pela constituição das reservas obrigatórias previstas na legislação, a Companhia não possui regras estatutárias sobre retenção de lucros.	
b. Regras sobre distribuição de dividendos		Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a companhia apurou lucro, tendo sido os mesmos destinados a constituição de reservas e dividendos nos montantes de R\$ 50.838, R\$ 46.096 e R\$ 29.859, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia distribuiu dividendos adicionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 nos montantes de R\$ 50.000, R\$ 80.000 e R\$ 107.159, respectivamente.	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos		Nos termos do artigo 33, os dividendos de que trata o parágrafo único do Artigo 30 serão pagos nas épocas e locais indicados pela diretoria, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 anos após a data do início do pagamento.	
d. Restrições à distribuição de dividendos		Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia.	
e. Política de destinação de resultado		A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br/	

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		292.099.000,00	271.220.000,00	248.719.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		74,993067	18,457456	0,020469
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,093836	0,020987	18,533365
Dividendo distribuído total		54.764.000,00	50.838.000,00	46.096.000,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			54.764.000,00	31/12/2020	50.838.000,00	30/05/2019	46.096.000,00	17/12/2018

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

A companhia deliberou quanto a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao lucro apurado nos exercícios sociais dos anos de 2019, 2018 e 2017.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	833.671.000,00	Índice de Endividamento	35,71206430	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		553.879.000,00	31.168.000,00	15.759.000,00	309.984.000,00	910.790.000,00
Total			553.879.000,00	31.168.000,00	15.759.000,00	309.984.000,00	910.790.000,00
Observação							

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**3.9. Outras Informações relevantes**

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 197.626 (2018 - R\$ 185.548).

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimentos.

As operações da Companhia podem ser afetadas por eventos imprevisíveis, de caso fortuito e força maior, característicos da atividade ferroviária.

O transporte de cargas por trem apresenta riscos inerentes, tais como Acidentes com impacto Ambiental e Social grave, de colisões, descarrilamentos e perda de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou danificação de carga, interrupção de operações devido a fatores políticos, como manifestações de grupos ou associações civis, condições meteorológicas adversas e desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra, os quais podem resultar em perda de receitas e no aumento de custos para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que uma parcela relevante das receitas da Companhia decorre do transporte de produtos agrícolas, as operações da Companhia podem ser afetadas periodicamente por quebras de safra, especialmente da soja.

A ocorrência de um desastre natural de grandes proporções ou de qualquer desses eventos poderá causar redução na velocidade de transporte e perdas de produtos transportados, podendo assim desestimular a contratação do serviço de transporte prestado pela Companhia, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os seus resultados operacionais.

As operações da Companhia dependem diretamente de investimentos em infraestrutura logística pelos setores públicos e privados.

Pela natureza do projeto, a Companhia tem forte relação com outros investimentos em infraestrutura logística, como as rodovias nas regiões produtoras, armazéns para estocagem dos grãos e capacitação dos portos para escoamento da produção. A viabilidade de um projeto ferroviário está fortemente vinculada a estes empreendimentos que, juntos, servem de alavanca para o aumento da produção na região de atuação.

A falta de investimentos por parte do setor público e privado em qualquer um destes segmentos pode ter efeitos adversos sobre as operações da Companhia.

Gastos com combustível podem impactar significativamente os custos da Companhia.

Todas as locomotivas da Companhia são movidas a diesel e os gastos com esse combustível são bastante significativos. Sendo assim, caso haja aumentos de preços que não possam ser repassados para as tarifas nos mercados de frete, as margens operacionais da Companhia poderão ser afetadas.

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações

Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, tal como o agronegócio. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia.

Além disso, os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade de preço tipicamente influenciado pelo ambiente econômico geral e pela capacidade de demanda do setor, o que pode influenciar adversamente os negócios da Companhia.

A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia

A atividade de concessão da Companhia é objeto de contrato de concessão firmado com a interveniência do Poder Concedente, sendo que a Companhia está sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente. As atitudes acima descritas, bem como a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público poderão afetar adversamente a capacidade da Companhia de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios, influenciando de forma negativa os seus resultados.

O reajuste de tarifas estipuladas pelos contratos de concessão pode impactar negativamente o resultado da Companhia

Os contratos de subconcessão celebrados pela Companhia especificam as tarifas que podem ser cobradas e preveem um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, essas tarifas estão sujeitas à aprovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("Poder Concedente"), de modo que não se pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente. Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, a Companhia confia em um mecanismo menos objetivo, previsto nos contratos de concessão, chamado equilíbrio econômico-financeiro.

Esse mecanismo permite que tanto a Companhia quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos poderes concedentes.

Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A extinção antecipada dos contratos de concessão poderá impactar adversamente os negócios da Companhia

O objeto social da Companhia consiste na prestação do serviço de transporte ferroviários, explorar os serviços de carga, descarga e armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão. As concessões ferroviárias brasileiras estão sujeitas à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo a encampação pelo Governo Brasileiro, determinada por lei, ou a caducidade, pelo descumprimento dos termos do contrato de concessão. Adicionalmente, o contrato de concessão poderá ser extinto antecipadamente por (i) rescisão embasada em decisão condenatória irrecorrível proferida em processo judicial de iniciativa da subconcessionária, com fundamento em descumprimento de normas contratuais; (ii) anulação da licitação, decidida em processo administrativo ou judicial, e (iii) falência ou extinção da subconcessionária.

Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos serão revertidos ao respectivo Poder Concedente. Apesar de a subconcessionária ter direito ao recebimento de indenização no valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar o valor de tais ativos ou lucros cessantes. Dessa forma, a extinção antecipada do contrato de concessão poderá impedir a realização integral do valor de determinados ativos e causar a perda de lucros cessantes sem uma indenização adequada.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital

A Companhia compromete-se com as melhores práticas de sustentabilidade e com a proteção ao meio ambiente, por meio da adoção de controles operacionais a fim de mitigar riscos ambientais. Tais práticas requerem investimento de recursos e esforços de sua administração. Além disso, as operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação relativa à proteção do meio ambiente, nos âmbitos federal, estadual e municipal. O cumprimento das obrigações legais de escopo ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, o que pode implicar em imposição de sanções por eventuais inobservâncias destas normas.

Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a não renovação e/ou revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia. A publicação de leis e regulamentos de escopo de meio ambiente cada vez mais rigorosos podem forçar a Companhia a despender maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações podem implicar em custos adicionais significativos, ocasionando um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado**4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado****4.2 - Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

A Companhia está exposta a certas flutuações que podem afetar negativamente o valor de seus ativos e passivos, fluxos de caixa futuros e ganhos. A Companhia não possui financiamentos contratados, razão pela qual não está exposta a riscos de aumento do total de sua dívida em decorrência, dentre outros, de variações nas taxas de juros. Da mesma forma, a totalidade de sua receita é composta em moeda nacional e uma parcela diminuta de investimentos de manutenção em moeda estrangeira, razão pela qual a Companhia não está exposta de forma relevante a riscos cambiais. Não obstante, variações nas taxas de câmbio podem influenciar os mercados atendidos pela companhia, podendo afetar seu desempenho operacional de maneira adversa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da companhia, os principais riscos de mercado aos quais a companhia está exposta são: (i) risco de aumento do custo de combustível; (ii) risco de crédito e (iii) risco de demanda pelos produtos transportados.

Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral, cujo principal risco de mercado é a concessão de crédito a clientes. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Neste caso é avaliada a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração a sua exposição financeira, solvência, histórico de pagamentos, inadimplências junto ao mercado e outros fatores.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

(I) Tributário

As tabelas abaixo apresentam uma descrição individual dos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, considerados relevantes para os negócios da Companhia:

Processos nº 0008670-34.2018.827.2729	
a. juízo	1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos de Palmas/TO
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	18/03/2018
d. partes no processo	Autor: Ferrovia Norte Sul S/A Réu: Estado de Tocantins Obs: o FI-FGTS é administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela Caixa Econômica Federal, de forma que pode ser considerado um investidor indireto da Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.278.270,44 (em 03/2018)
f. principais fatos	Ação Anulatória de Débito Fiscal perante a Fazenda Pública do Estado de Tocantins, em que se discute a legitimidade dos débitos referentes aos Autos de Infração nº 2016/000043, 2016/000044, 2016/000045 e 2016/000056, levados a efeito para cobrança de multa formal, capitulada no artigo 50, inciso IV, alínea “c”, da Lei 1.287/01[1], ante a suposta ausência de registro de notas fiscais de aquisição de mercadorias no Livro próprio de entrada. Recebido o feito, foi proferida decisão determinando a “suspensão da cobrança dos créditos tributários apurados no referido auto de infração”. Atualmente, aguarda-se o prosseguimento do feito com a intimação das partes para especificação de provas.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Perda Financeira
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há valor provisionado

Processos nº 0032396-37.2018.8.27.2729	
a. juízo	2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos de Palmas/TO
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	04/09/2018
d. partes no processo	Autor: Ferrovia Norte Sul S/A Réu: Estado de Tocantins Obs: o FI-FGTS é administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela Caixa Econômica Federal, de forma que pode ser considerado um investidor indireto da Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 300.137,03 (em 09/2018)
f. principais fatos	Ação Anulatória visando ao reconhecimento da insubsistência de crédito tributário constituído através dos Autos de Infração nº 2016/37, 2016/39 e 2016/41, lavrados para cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) tido por devido em “aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, para integrarem o Ativo fixo ou para Uso ou Consumo do estabelecimento”. Proferida decisão determinando que o crédito tributário não seja óbice à expedição da CND (apresentada apólice de seguro). Recentemente, comprovamos nos autos o pagamento dos honorários periciais, requerendo o prosseguimento do feito com a produção do respectivo laudo técnico.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Perda Financeira
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há valor provisionado

Processos nº			
10320-902.320/2018-74,	10320-902.323/2018-16,	10320-902.315/2018-61,	10320-902.318/2018-03,
10320-902.322/2018-63,	10320-902.316/2018-14,	10320-902.321/2018-19,	10320-902.317/2018-51,
10320-902.314/2018-17,	10320-902.319/2018-40,	10320-900.910/2019-43,	10320-900.905/2019-31,
10320-900.911/2019-98,	10320-900.907/2019-20,	10320-900.906/2019-85,	10320-900.912/2019-32,
10320-900.895/2019-33,	10320-900.903/2019-41,	10320-900.891/2019-55,	10320-900.900/2019-16,
10320-900.904/2019-96,	10320-900.908/2019-74,	10320-900.899/2019-11,	10320-900.896/2019-88,
10320-900.897/2019-22,	10320-900.893/2019-44,	10320-900.909/2019-19,	10320-900.894/2019-99,
10320-900.892/2019-08,	10320-900.890/2019-19,	10320-900.898/2019-77,	10320-900.902/2019-05,
10320-901.078/2019-01,	10320.901073/2019-70,	10320-901.074/2019-14,	10320-901.079/2019-47,
10320-901.072/2019-25,	10320-901.075/2019-69,	10320-901.076/2019-11,	10320-901.077/2019-58,
10320-901.071/2019-81,	10320-901.080/2019-71,	10320-900.901/2019-52,	10320-901.658/2019-90,
10320-901.656/2019-09,	10320-901.657/2019-45,	10320-901.660/2019-69,	10320-901.659/2019-34,
10320-901.901/2019-70,	10320-901.896/2019-03,	10320-901.897/2019-40,	10320-901.898/2019-94,
10320-901.899/2019-39,	10320-901.900/2019-25,	10320-902.291/2019-21,	10320-902.583/2019-64,
10320-902.584/2019-17,	10320-902.292/2019-76,	10320-902.293/2019-11,	10320-902.582/2019-10,
10320-902.672/2019-19,	10320-902.671/2019-66,	10010-045.959/0319-16,	10320.903038/2019-95,
10320.903037/2019-41,	10320.903036/2019-04 ,	10320.722525/2019-59,	10320.725489/2019-85,
10320.722773/2019-08,	10320-902.887/2019-21		
a. juízo	Receita Federal do Brasil		
b. instância	1ª Instância Administrativa		
c. data de instauração	08/01/2019		
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil – Belo Horizonte/MG Ré: Companhia		
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26.335.639,33		
f. principais fatos	DCOMP (Declaração de Compensação) não homologadas, revisão de aproveitamento de crédito de PIS/COFINS de acordo com a essencialidade de serviços e bens dentro do processo de prestação de serviço.		
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível		
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Perda Financeira		
i. valor provisionado (se houver provisão)	Valor não provisionado.		

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor e suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou investidores do emissor ou de suas controladas.

Campo facultativo para emissor da Categoria B.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes: Análise do impacto no caso de perda de eventuais processos sigilosos relevantes e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, informando valores envolvidos.

A Companhia não é parte em processos sigilosos relevantes.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto são relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo repetitivo ou conexo relevante.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras Contingências Relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes, além das explicitadas nessa seção.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é emissora estrangeira.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Política de Gerenciamento de Riscos**

5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar: (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação. E. em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver; (c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

5.2 Em relação aos itens indicados no item 4.2 informar: (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação. E. em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver; (c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Descrição Dos Controles Internos**

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não foram apresentadas pelos auditores independentes, em seu relatório de recomendações significativas acerca da eficácia dos controles internos adotados pelo Emissor.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No encerramento do exercício, tomando por base testes executados pela Administração durante todo o período, não foram identificadas deficiências relevantes na execução dos controles. As possíveis falhas quando identificadas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

A metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos utilizadas pela Companhia são adequadas para assegurar a eficiência e confiabilidade de seus controles interno.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FNS são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses princípios. Neste sentido, atitude certa para resolver, respeito às pessoas sempre e tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FNS: diretores, empregados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviços. Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os empregados estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas do RH e as legislações específicas.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FNS, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia. Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FNS. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e está ligada à Diretoria de Consultoria Geral e Integridade. Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são:

1. Assessment de riscos (bianual)
2. Comprometimento com a cultura de compliance
3. Supervisão e recursos para o compliance
4. Código de conduta ética, políticas e procedimentos
5. Atividades de due diligence
6. Controles internos e monitoramentos efetivos
7. Comunicação e programas de treinamento contínuos
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares

O Comitê de Ética e Conformidade é composto pelo Diretor Presidente, seus diretos e Diretores, em alguns casos, outros gerentes, bem como a área apuradora poderão ser convocados a participar. As reuniões são mensais e possuem as seguintes finalidades:

- I. Realizar aprovações pertinentes;
- II. Conhecer os relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade;
- III. Deliberar sobre relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade que tiverem os fatos confirmados.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores, o Canal de Ética tem como objetivo orientar a empresa e terceiros que agem em seu nome a agir de forma correta, respaldados pelos mais elevados padrões de integridade. Ele é gerido por uma empresa terceirizada e pode ser acessado por funcionários de todos os níveis hierárquicos de maneira anônima e protegida.

O acesso ao canal pode ocorrer das seguintes maneiras: 1) via site institucional, intranet e telefones, inclusive secretária eletrônica, disponibilizados nos meios de comunicação 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade.

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (atendimento de segunda a sábado, de 10h às 16h).
On-line: www.canaldeetica.com.br/vli (24 horas por dia, 7 dias por semana).

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

As denúncias recebidas via canal são apuradas pela área de Ética e Conformidade e, ao final, reportadas ao Comitê de Ética e conformidade.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

De acordo com a Diretriz de Ética e Conformidade, sempre que a FNS tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios deverá ser realizada a Due Diligence prévia de verificação se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente a legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional). Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa envolvida na reestruturação societária, o Comitê de Ética deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável à FNS uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	14/12/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima Fechada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	24/11/2009

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 – Breve Histórico

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto (categoria "B" de emissor), constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007 e é regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

Em 28 de dezembro de 2010, a então controladora Vale S.A. transferiu para Vale Logística de Carga Geral S.A. o montante de 1.354.911.133 ações ordinárias de emissão da Companhia, alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia, tendo o controle indireto da Companhia permanecido inalterado (detido pela Vale S.A.)

Posteriormente, o controle acionário direto da Companhia foi novamente alterado, com a transferência do montante de 1.354.911.139 ações ordinárias de emissão da Companhia, em 31 de março de 2011, da Vale Logística Integrada S.A. (nova denominação da Vale Logística de Carga Geral S.A.) para a Vale Operações Ferroviárias S.A., passando esta última a ser a controladora direta da Companhia.

E em 1º de abril de 2014, mediante a abstenção de sua participação na Companhia, a Vale S.A aumentou o capital social da VLI S.A em R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 (quatrocentos e dez milhões, duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas à sua participação na Companhia.

Desta forma o capital social da Companhia passa a ter o controle acionário de 79,12% da VLI Multimodal S.A e 20,88% da VLI S.A.

A Vale Operações Ferroviárias S.A. (atualmente denominada VLI Multimodal S.A.), Companhia controlada pela VLI S.A., tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal; investimentos e obras em projetos de infra-estrutura; exploração de atividades relacionadas a serviços de transporte de carga, tais como a gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos e a participação em outras sociedades ou empreendimento.

Em abril de 2014, a Vale S.A efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200.000,00 (um bilhão, quinhentos e nove milhões, duzentos mil reais), representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. ("Mitsui"). Nesta operação R\$ 709.200.000,00 (setecentos e nove milhões, duzentos mil reais) foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ("FI-FGTS"), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A.

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da FNS mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da FNS e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A., emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

Em 15 de novembro de 2017, ocorre aumento de capital social da Companhia no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) mediante a emissão de 23.811.269 (vinte e três milhões, oitocentas e onze mil, duzentas e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista VLI Multimodal com a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC's. Com isso, o capital social da Companhia é de R\$1.859.163.976,33 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), dividido em 1.835.966.791 (um bilhão, oitocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Não houve pedidos de falência fundados em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “6”.

~~Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.~~**7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas****7. Atividades do Emissor****7.1. Descrição das atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas****7.1 - Descrição das atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas**

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Luís (MA) e celebrou o Contrato de Subconcessão com Arrendamento nº 033/07 entre a VALEC Engenharia Construções e Ferrovias S/A, sendo a União representada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sua interveniente. O Contrato possui vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período em de interesse de ambas as partes.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O trecho encontra-se em operação.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-a. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

Não se aplica, porque o emissor não é sociedade de economia mista

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais.

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos relevantes da regulação estrangeira sobre as atividades da Companhia

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas Socioambientais

Campo facultativo para emissor da categoria “B”.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram destacadas nos itens anteriores.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**8. Negócios Extraordinários****8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Não houve operação de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não houve contratos celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9. Ativos Relevantes****9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes – Outros****9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do Emissor**

Descrição do bem	Rede centro-oeste e Nordeste (extensão de aproximadamente 720 quilômetros de trilhos)
País de localização	Brasil
UF de localização	Maranhão e Tocantins
Município de localização	Distribuída pelos Estados de Maranhão e Tocantins
Tipo de Propriedade	Arrendado

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Rede Centro-Oeste e Nordeste (extensão de aproximadamente 720 km de trilhos)	Brasil	MA		Arrendada
19 locomotivas	Brasil	MA	São Luís	Própria
647 vagões	Brasil	MA	São Luís	Própria
647 vagões	Brasil	MA	São Luís	Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Subconcessão da VALEC dos seguintes trechos: 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO);	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Trecho: 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO),	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Trecho: 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO)	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Trecho: 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO)	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data		Valor (Reais Unidade)		
BANCO BRADESCO SA	60.746.948/0001-12	-	Coligada	0,000000				
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**9.2 - Outras Informações Relevantes**

O Contrato de Subconcessão, conforme definido no item 6.3, representa uma condição para as operações da Companhia.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos Diretores****10.1 Comentários dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Em 2019, a FNS superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta *commodity*.

Diante desse cenário, a FNS se mostrou resiliente e encerrou o ano atingindo recordes de receita e EBITDA. O EBITDA teve aumento de 14% em relação ao ano anterior, em função da melhoria na performance operacional.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
<i>(em milhões de R\$)</i>	2016	2017	2018	2019
Receita bruta	491	715	784	914
Receita líquida	499	681	753	876
EBITDA	276	384	428	488
Resultado do exercício	162	249	271	292
Volume ferrovia (milhões de TKU)	4.625	7.395	8.003	9.293
Volume ferrovia (mil de TU)	5.228	8.039	8.450	9.603
Margem EBITDA	61,6%	56,3%	56,84%	55,71%
Margem lucro	36,1%	36,5%	35,99%	33,33%

Em 2019, a FNS investiu o valor total de R\$ 128 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais e mitigação de riscos prioritários da FNS associados a operacionalização dos ativos, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega da Oficina de Imperatriz, ampliação da linha do Pátio Floresta e a construção de 2,8 mts de linha nova no município de Itaqui para melhoria do pool de combustíveis.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2,334 bilhões, enquanto sua posição de caixa era de R\$ 286,5 milhões. Comparativamente, em 2018 e 2017, o patrimônio líquido e a posição de caixa eram, respectivamente, R\$ 2,422 bilhões e R\$ 2,252 bilhões e R\$ 59,8 milhões e R\$ 90,6 milhões

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas;

A Companhia utiliza recursos próprios gerados pela operação do negócio para atender as necessidades de capital de giro e realizar investimentos em ativos não-circulantes, não havendo necessidade de contratação de financiamento de terceiros (instituições financeiras) para garantir a realização das operações ferroviárias planejadas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos a Companhia poderá solicitar o aporte de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía qualquer financiamento contratado junto a instituições financeiras.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	286.510	9,04	59.804	2,17	379,08
Contas a receber	28.045	0,89	60.521	2,20	(53,66)
Derivativos	32	0,00	-	0,00	n/a
Estoques	48.558	1,53	18.545	0,67	161,84
Tributos a recuperar	58.949	1,86	36.227	1,32	62,72
Despesas pagas antecipadamente	214	0,01	50	0,00	328,00
Demais ativos	7.913	0,25	5.378	0,20	47,14
Total do ativo circulante	430.221	13,58	180.525	6,56	138,32
Não circulante					
Contas a receber	327.188	10,33	300.875	10,94	8,75
Depósitos judiciais	367	0,01	197	0,01	86,29
Tributos a recuperar	43.085	1,36	34.788	1,26	23,85
Demais ativos	13	0,00	9	0,00	44,44
Tributos diferidos sobre o lucro	4.694	0,15	4.541	0,17	3,37
Sinistro a recuperar	289	0,01	-	0,00	n/a
Imobilizado	595.462	18,80	428.761	15,59	38,88
Intangível	1.766.776	55,77	1.800.926	65,47	(1,90)
Total do ativo não circulante	2.737.874	86,42	2.570.097	93,44	6,53
Total do ativo	3.168.095	100,00	2.750.622	100,00	15,18
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	68.898	2,17	55.422	2,01	24,32
Contas a pagar	25.069	0,79	14.048	0,51	78,45
Tributos a recolher	2.801	0,09	3.411	0,12	(17,88)
Tributos a recolher sobre o lucro	3.440	0,11	5.775	0,21	(40,43)
Obrigações sociais e trabalhistas	17.474	0,55	11.659	0,42	49,88
Arrendamentos e subconcessão	26.717	0,84	-	0,00	n/a
Dividendos a pagar	380.000	11,99	50.838	1,85	647,47
Antecipações de clientes	31	0,00	40	0,00	(22,50)
Demais passivos	59	0,00	58	0,00	1,72
Total do passivo circulante	524.489	16,56	141.251	5,14	271,32
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	78	0,00	73	0,00	6,85
Arrendamentos e subconcessão	308.928	9,75	185.548	6,75	66,49
Benefícios a empregados	52	0,00	1.250	0,05	(95,84)
Receitas diferidas	124	0,00	175	0,01	(29,14)
Total do passivo não circulante	309.182	9,76	187.046	6,80	65,30
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	58,68	1.859.134	67,59	0,00
Reservas de lucros	475.290	15,00	563.191	20,48	(15,61)
Total do patrimônio líquido	2.334.424	73,69	2.422.325	88,06	(3,63)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.168.095	100,00	2.750.622	100,00	15,18

ATIVO**Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 286,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 79,12%.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Contas a receber de clientes**

O saldo de contas a receber passou de R\$ 361,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 355,2 milhões em 2019, representando uma redução de aproximadamente de 1,71%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 71,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 102,0 milhões em 2019, representando um aumento de 30,4%. O incremento reside especialmente no aumento de R\$ 22,8 milhões nos créditos de PIS e COFINS.

O valor do imobilizado passou de R\$ 428,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 595,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 27,98%. Esse incremento reside na construção de oficinas, postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios no corredor Centro-Norte no montante de R\$115,9 milhões bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 154,5 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 666 milhões), amortizações (R\$ 21,208 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 166,7 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	51.052	100.236	139.003	30.081	182.623	1.645	504.640
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 2(d))	-	64.364	90.164	-	-	-	154.528
Correções monetárias IFRS 16	-	-	666	-	-	-	666
Adições	-	-	-	-	115.967	-	115.967
Baixas	-	-	(1.613)	-	(1.004)	-	(2.617)
Transferências	(7.350)	156.143	258	1.278	(212.544)	(4)	(62.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.702	320.743	228.478	31.359	85.042	1.641	710.965
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(5.796)	(25.822)	(35.138)	(9.069)	-	(54)	(75.879)
Adições IFRS 16	-	(3.790)	(17.918)	-	-	-	(21.708)
Adições	(2.149)	(6.962)	(7.628)	(1.629)	-	(66)	(18.434)
Baixas	-	-	518	-	-	-	518
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.945)	(36.574)	(60.166)	(10.698)	-	(120)	(115.503)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	45.256	74.414	103.865	21.012	182.623	1.591	428.761
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	35.757	284.169	168.312	20.661	85.042	1.521	595.462

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Intangível**

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1,801 bilhão em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1,766 bilhão em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 1,94%. Esta redução reside substancialmente na transferência ativos para o imobilizado, conforme citado no item anterior e no montante de R\$ 62,2 milhões, adições de ativos no montante de R\$ 2,6 milhões e amortização apurada no exercício de 2019 no montante de (R\$ 99,0 milhões).

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento (b)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.776.431	253	656.456	16.644	2.449.784
Adição	-	-	-	2.682	2.682
Baixas	-	-	(30)	-	(30)
Transferências	-	10	53.809	8.401	62.220
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.776.431	263	710.235	27.727	2.514.656
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(563.355)	(100)	(85.403)	-	(648.858)
Adições	(64.127)	(51)	(34.852)	-	(99.030)
Baixas	-	-	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(627.482)	(151)	(120.247)	-	(747.880)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	1.213.076	153	571.053	16.644	1.800.926
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.148.949	112	589.988	27.727	1.766.776

PASSIVO**Fornecedores**

A conta de fornecedores passou de R\$ 55,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 68,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis.

Tributos a recolher

A conta de obrigações fiscais passou de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 17,65%.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 197.626 (2018 - R\$ 185.548).

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio Líquido**

A companhia encerrou o ano de 2019 com o capital social de R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2024.

Em 2019 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 58,4 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 64,2 milhões em comparação aos R\$ 49,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício**Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida dos serviços prestados	876.080	100,00	752.980	100,00	16,35
Custo dos serviços prestados	(503.514)	(57,47)	(430.845)	(57,22)	16,87
Lucro bruto	372.566	42,53	322.135	42,78	15,66
Receitas (despesas) operacionais	(20.380)	(2,33)	(7.677)	(1,02)	165,47
Gerais e administrativas	(28.605)	(3,27)	(26.024)	(3,46)	9,92
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.976	0,91	17.555	2,33	(54,57)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	249	0,03	792	0,11	(68,56)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	352.186	40,20	314.458	41,76	12,00
Resultado financeiro	(3.139)	(0,36)	4.930	0,65	(163,67)
Despesas financeiras	(15.047)	(1,72)	(4.726)	(0,63)	218,39
Receitas financeiras	11.875	1,36	8.111	1,08	46,41
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	33	0,00	1.545	0,21	(97,86)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	349.047	39,84	319.388	42,42	9,29
Imposto de renda e contribuição social	(56.948)	(6,50)	(48.168)	(6,40)	18,23
Tributos correntes	(115.312)	(13,16)	(105.648)	(14,03)	9,15
Tributos diferidos	(76)	(0,01)	93	0,01	(181,72)
Incentivos fiscais	58.440	6,67	57.387	7,62	1,83
Lucro líquido do exercício (i)	292.099	33,34	271.220	36,02	7,70
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	0,16		0,15		

Receita Líquida

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 876,0 milhões ante R\$ 752,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 503,5 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 430,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 14,43%. Destaca-se incremento dos combustíveis, serviços contratados de manutenção, depreciação e amortização e aluguéis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 28,6 milhões e de R\$ 26,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 9,09%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2019 atingiram R\$ 8,0 milhões positivos ante a R\$ 17,6 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 54,5%. Esta redução é justificada pela redução de receitas com recuperação de despesas ante a 2018 no montante de R\$ 6 milhões.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3,1 milhões negativos ante a R\$ 4,9 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. Esta redução é justificada principalmente pelos efeitos de adoção ao normativo IFRS 16, que trouxeram R\$ 13,0 milhões de despesas no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 115,3 milhões ante a R\$ 105,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 8,4%. Os acréscimos de tributos em 2019 comparados ao ano anterior decorre dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2019.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 292,0 milhões, comparado ao lucro de R\$ 271,2 milhões em 2018.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**C) Análise do Fluxo de Caixa**

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado – Nota 5)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	292.099	271.220
Ajustes de		
Depreciação e amortização	135.977	113.712
Perdas de recebíveis	9	-
Baixas para perda	-	4.670
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	(275)	(722)
Derivativos	(32)	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(33)	(1.545)
(Ganho) perda na alienação de ativo intangível, líquidas	2.012	3
Ajuste a valor presente	-	1.448
Despesas com benefícios a empregados	395	(2.645)
Receitas diferidas	(48)	(16)
Tributos diferidos sobre o lucro	(152)	(93)
Despesas financeiras – arrendamentos	13.047	-
	442.999	386.032
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	18.134	(11.341)
Derivativos	-	444
Estoques	(30.013)	(8.365)
Tributos a recuperar	(27.194)	(44.983)
Tributos antecipados sobre o lucro	59.514	53.689
Despesas pagas antecipadamente	(164)	323
Depósitos judiciais	(154)	(112)
Demais ativos	(2.792)	2.179
Fornecedores	13.650	(14.612)
Contas a pagar	11.021	(71.342)
Tributos a recolher	(680)	(784)
Tributos a recolher sobre o lucro	131	2.804
Obrigações sociais e trabalhistas	5.815	(2.809)
Receitas diferidas	-	175
Benefícios a empregados	(1.593)	-
Antecipação de clientes	(9)	(3)
Demais passivos	1	(145)
Caixa gerado pelas operações	488.666	291.150
Imposto de renda e contribuição social pagos	(61.981)	(45.792)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	426.685	245.358
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	109	1.366
Aquisição de imobilizado e intangível	(118.649)	(181.474)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(118.540)	(180.108)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(30.601)	-
Dividendos pagos	(50.838)	(96.096)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(81.439)	(96.096)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	226.706	(30.846)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59.804	90.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	286.510	59.804

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R\$ 226,7 milhões.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017****A) Análise das Contas patrimoniais**

Em milhares de Reais

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	59.804	90.650	3,42	(34,03)
Contas a receber	60.521	49.669	1,87	21,85
Derivativos	-	444	0,02	(100,00)
Estoques	18.545	10.179	0,38	82,19
Tributos a recuperar	36.227	13.468	0,51	168,99
Tributos antecipados sobre o lucro	-	7.897	0,30	(100,00)
Despesas pagas antecipadamente	50	373	0,01	(86,60)
Demais ativos	5.378	4.733	0,18	13,63
Total do ativo circulante	180.525	177.413	6,70	1,75
Não circulante				
Contas a receber	300.875	286.063	10,80	5,18
Depósitos judiciais	197	70	0,00	181,43
Tributos a recuperar	34.788	15.489	0,58	124,60
Demais ativos	9	2.877	0,11	(99,69)
Tributos diferidos sobre o lucro	4.541	4.448	0,17	2,09
Imobilizado	428.761	213.702	8,07	100,63
Intangível	1.800.926	1.949.591	73,58	(7,63)
Total do ativo não circulante	2.570.097	2.472.240	93,30	3,96
Total do ativo	2.750.622	2.649.653	100,00	3,81
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	55.422	70.196	2,65	(21,05)
Contas a pagar	14.048	83.942	3,17	(83,26)
Tributos a recolher	3.411	4.139	0,16	(17,59)
Tributos a recolher sobre o lucro	5.775	2.972	0,11	94,31
Obrigações sociais e trabalhistas	11.659	14.468	0,55	(19,42)
Dividendos a pagar	50.838	46.096	1,74	10,29
Antecipações de clientes	40	43	0,00	(6,98)
Demais passivos	58	216	0,01	(73,15)
Total do passivo circulante	141.251	222.072	8,38	(36,39)
Não circulante				
Provisão para processos judiciais	73	53	0,00	37,74
Arrendamentos e subconcessão	185.548	171.690	6,48	8,07
Benefícios a empregados	1.250	3.895	0,15	(67,91)
Receitas diferidas	175	0	0,00	n/a
Total do passivo não circulante	187.046	175.638	6,63	6,50
Patrimônio líquido				
Capital social	1.859.134	1.859.134	70,17	0,00
Reservas de lucros	563.191	392.809	14,82	43,38
Total do patrimônio líquido	2.422.325	2.251.943	84,99	7,57
Total do passivo e patrimônio líquido	2.750.622	2.649.653	100,00	3,81

ATIVO**Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 90,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 33,99%.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Contas a receber de clientes***

O saldo de contas a receber passou de R\$ 335,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 361,4 milhões em 2018, representando um incremento de aproximadamente de 7,6%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 28,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 71,0 milhões em 2017, representando um aumento de 145,7%.

Imobilizado

O valor do imobilizado passou de R\$ 213,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 428,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um incremento de 100,7%. Esse aumento decorre principalmente das adições de R\$ 164,7 milhões que deram no ano de 2018.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1.949,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.800,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 8,3%. O incremento marginal deveu-se a as substituições em via permanente e a expansão de pátios e terminais

PASSIVO***Fornecedores***

A conta de fornecedores passou de R\$ 70,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 55,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis.

Tributos a recolher e Tributos a recolher sobre o lucro

A conta de obrigações fiscais passaram de R\$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um incremento de aproximadamente 28,2% e impulsionadas pelo incremento dos tributos a recolher sobre o lucro.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 185.548 (2017 - R\$ 171.690). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou o ano de 2018 e 2017 com o capital social de R\$ 1.859,1 milhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2025 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

A reserva de incentivos fiscais, soma em 2018, R\$ 183,0 milhões, frente a R\$ 125,6 milhões em 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apurou sua reserva legal de R\$ 49,6 milhões, frente a R\$ 36,0 milhões em 2017.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício**Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	752.980	100,00	681.165	100,00	10,54
Custo dos serviços prestados	(430.845)	(57,22)	(396.876)	(58,26)	8,56
Lucro bruto	322.135	42,78	284.289	41,74	13,31
Receitas (despesas) operacionais	(7.677)	(1,02)	1.720	0,25	(546,34)
Gerais e administrativas	(26.024)	(3,46)	(20.886)	(3,07)	24,60
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17.555	2,33	23.372	3,43	(24,89)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	792	0,11	(766)	(0,11)	(203,39)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	314.458	41,76	286.009	41,99	9,95
Resultado financeiro	4.930	0,65	8.501	1,25	(42,01)
Receitas financeiras	8.111	1,08	12.197	1,79	(33,50)
Despesas financeiras	(4.726)	(0,63)	(3.169)	(0,47)	49,13
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial	1.545	0,21	(527)	(0,08)	(393,17)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.388	42,42	294.510	43,24	8,45
Imposto de Renda e Contribuição Social	(48.168)	(6,40)	(45.791)	(6,72)	5,19
Tributos correntes	(105.648)	(14,03)	(99.894)	(14,67)	5,76
Tributos diferidos	93	0,01	2.205	0,32	(95,78)
Incentivos fiscais	57.387	7,62	51.898	7,62	10,58
Lucro líquido do exercício	271.220	36,02	248.719	36,51	9,05
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	0,15		0,14		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Receita líquida***

A receita bruta alcançou R\$ 754,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 681,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 10,7%. Esse aumento está principalmente justificado pelo crescimento do segmento de agricultura.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 430,9 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 396,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 8,6%. O aumento é justificado pelo gasto com pessoal, combustíveis, serviços contratados de manutenção e depreciação.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 26,0 milhões e de R\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 24,4%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2018 atingiram R\$ 17,6 milhões de receita e de R\$ 23,4 milhões de receita em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 24,79%. Esta redução é justificada principalmente por multas contratuais, dentre elas a da VALEC e indenizações.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4,9 milhões e de R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta redução é justificada principalmente pela redução das taxas médias de juros, redução da base média de aplicação que se deu ao longo do ano e incremento das despesas com PIS e COFINS sobre aplicações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 45,8 milhões e de R\$ 46,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 130,8%. Os acréscimos de tributos em 2018 comparado com ano anterior decorrem dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2018.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 271,2 milhões, comparado ao lucro de R\$ 248,7 milhões em 2017.

Formulário de Referência - 2020 - FERROVIA NORTE SUL S/A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**C) Análise do Fluxo de Caixa**

	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017 (Original)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	271.220	97.679
Ajustes de		
Depreciação e amortização	113.712	
Perdas de recebíveis	-	
Baixas para perda	4.670	
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	(722)	819
Derivativos	-	
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(1.545)	527
(Ganho) perda na alienação de ativo intangível, líquidas	3	1.071
Ajuste a valor presente	1.448	1.737
Despesas com benefícios a empregados	(2.645)	1.889
Receitas diferidas	(16)	-
Tributos diferidos sobre o lucro	(93)	(2.205)
Despesas financeiras – arrendamentos	-	
	386.032	350.236
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(11.341)	5.127
Derivativos	444	-
Estoques	(8.365)	(6.807)
Tributos a recuperar	(44.983)	24.276
Tributos antecipados sobre o lucro	53.689	-
Despesas pagas antecipadamente	323	(196)
Depósitos judiciais	(112)	(47)
Demais ativos	2.179	3.968
Fornecedores	(14.612)	5.195
Contas a pagar	(71.342)	(10.718)
Tributos a recolher	(784)	66.041
Tributos a recolher sobre o lucro	2.804	(2.818)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.809)	(544)
Receitas diferidas	175	7.357
Benefícios a empregados	-	-
Antecipação de clientes	(3)	12
Demais passivos	(145)	19
Caixa gerado pelas operações	291.150	441.101
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.792)	(20.097)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	245.358	421.004
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	1.366	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(181.474)	(202.271)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(180.108)	(202.271)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de obrigações de arrendamento	-	(167.018)
Dividendos pagos	(96.096)	30.000
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(96.096)	(137.018)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(30.846)	81.715
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.650	8.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.804	90.650

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou uma variação de caixa negativa em R\$ 30,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 10.2 Comentários adicionais dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, a FNS superou grandes desafios operacionais e comerciais. A gripe suína afetou a exportação de soja de nossos clientes, a fraca atividade econômica não impulsionou a siderurgia nacional e a instabilidade de preços da indústria de celulose diminuiu a exportação desta commodity.

A receita bruta passou de R\$ 784 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 914 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de aproximadamente 16,60%. Referido aumento é decorrente de receita de transporte ferroviário e serviços acessórios.

Desempenho Operacional

Em 2019, o volume transportado foi de 9,3 bilhões de TKU, 16 % a mais que o realizado em 2018. A FNS atravessa as regiões Norte e Nordeste do Brasil e estas regiões têm crescido acima da média nacional nos últimos anos, impulsionados pela Agroindústria, associado a isso, o maior volume de exportação de safra soja registrada no ano e o aumento considerável da exportação de celulose.

Os produtos transportados pela companhia são agrupados em dois segmentos chaves: Agricultura e Industrializados.

Agricultura.

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja e milho. O segmento finalizou o ano de 2019 com 7,7 bilhões de TKU transportados e receita total no segmento em 2019 de R\$ 668 milhões.

Industrializados.

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e mineração. O segmento finalizou o ano de 2019 com 1,5 bilhões de TKU transportados e receita total no segmento em 2019 de R\$ 208 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Campo facultativo para emissor registrado na categoria B.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Campo facultativo para emissor registrado na categoria B.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Desde sua constituição, a Companhia se dedica ao segmento operacional de transporte ferroviário de carga, compreendendo a operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de Contrato de Subconcessão como arrendamento.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não realizamos qualquer aquisição ou alienação de participação societária nos últimos três exercícios sociais.

c. Eventos ou operações não usuais**Reapresentação de informações comparativas**

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração da Companhia concluiu processo de revisão de conciliações contábeis que culminou com a identificação de erros referentes a exercícios anteriores nas rubricas de demais ativos, tributos a recuperar, depósitos judiciais, tributos diferidos sobre o lucro e fornecedores.

Os ajustes sustentam-se substancialmente em falhas de controles internos e no processo de conciliação da Companhia e que derivam do rápido e vertiginoso crescimento das operações nos anos que se sucederam a criação do Grupo VLI. A mitigação se dá pela implementação de rotinas e controles mais rígidos, bem como fortalecimento da cultura interna no Grupo VLI.

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração no balanço patrimonial:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Tributos a recuperar	35.941	286	36.227
		286	180.525

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

	180.239		
Não circulante			
Tributos a recuperar	39.150	(4.362)	34.788
Tributos diferidos sobre o lucro	2.138	2.403	4.541
	2.572.056	(1.959)	2.570.097
			31/12/2018
	Original	Ajustes	Reapresentado
	2.752.295	(1.673)	2.750.622
Passivo			
Circulante			
Tributos a recolher sobre o lucro	2.466	3.309	5.775
	137.942	3.309	141.251
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	568.173	(4.982)	563.191
	2.427.307	(4.982)	2.422.325
	2.752.295	(1.673)	2.750.622
			01/01/2018
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Não circulante			
Tributos a recuperar	15.181	308	15.489
Tributos diferidos sobre o lucro	2.553	1.895	4.448
	2.470.037	2.203	2.472.240
	2.647.450	2.203	2.649.653
Passivo			
Circulante			
Tributos a recolher sobre o lucro	-	2.972	2.972

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

	219.100	2.972	222.072
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	393.578	(769)	392.809
	2.252.712	(769)	2.251.943
	2.647.450	2.203	2.649.653

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receitas (despesas) operacionais	(3.007)	(4.670)	(7.677)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22.225	(4.670)	17.555
Lucro antes do resultado financeiro	319.128	(4.670)	314.458
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	324.058	(4.670)	319.388
Imposto de renda e contribuição social			
Tributos correntes	(106.519)	871	(105.648)
Tributos diferidos	(415)	508	93
Incentivos fiscais	58.309	(922)	57.387
	(48.625)	457	(48.168)
Lucro líquido do exercício	275.433	(4.213)	271.220

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

31/12/2018		
Original	Ajustes	Reapresentado

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Lucro do exercício	275.433	(4.213)	271.220
Baixas para perda	-	4.213	4.213
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	245.358	-	245.358
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(180.108)	-	(180.108)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(96.096)	-	(96.096)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(30.846)	-	(30.846)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.650	-	90.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.804	-	59.804

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças nas práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis****Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)”

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação e amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia adotou a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia utilizou as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

O registro dos direitos de uso seguiu as características dos ativos subjacentes, tendo sido as locomotivas, vagões e terminais registrados no imobilizado.

(ii) IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, a luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./ Ressalvas e ênfases

(iii) Outros normativos

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.
- IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.
- IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (*step-acquisition*). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.
- IFRS 11/CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.
- IAS 19/CPC 33 - A alteração específica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.
- IAS 28/CPC19 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto." O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou joint venture que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir da adoção da norma de contratos de arrendamentos a Companhia passou apresentar e divulgar, separadamente, em nota explicativa todos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, bem como as despesas de juros sobre e amortização de tais ativos e passivos. Os efeitos de aplicação da norma em 1º de janeiro de 2019 estão listados abaixo:

	<u>Direito de uso</u>	<u>Obrigação de arrendamento</u>	<u>PIS e COFINS</u>
Vagões, locomotivas e terminais	154.528	154.528	14.294

Seguindo as instruções emanadas pela CVM, as obrigações de arrendamento foram apresentadas de forma bruta, contemplando PIS e COFINS, que em 1º de janeiro de 2019, equivalem a R\$ 14.294, correspondendo a 9,25% do saldo a valor presente adotado na transição.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa os pagamentos de arrendamento estão classificados e divulgados separadamente.

A partir de 2019, a Companhia passou a divulgar em notas explicativas específicas as seguintes informações:

- encargos de depreciação e amortização para ativos de direito de uso;
- despesas de juros sobre passivos de arrendamento;
- saídas de caixa com o total de pagamentos efetivados de arrendamento;
- valor contábil de ativos de direito de uso ao final do lucro por classe de ativo subjacente.

Os valores reconhecidos foram descontados pelas seguintes taxas incrementais nominais de captação, que foram calculadas para cada contrato, levando-se em consideração o custo de captação médio do Grupo VLI em relação às dispersões do CDI futuro, conforme bases da BM&F, em 28/12/2018:

	FNS
Vagões	de 8,57% a 8,62%
Locomotivas	8,13%
Terminais	de 10,83% a 10,94%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados

pelo CDI futuro – BM&F	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(b) Redução do valor recuperável de Ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(ii) Provisão para processos judiciais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios.

- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócio

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2019, a FNS investiu o valor total de R\$ 128 milhões. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais e mitigação de riscos prioritários associados à operacionalização dos ativos, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega da Oficina de Imperatriz, ampliação da linha do Pátio Floresta e a construção de 2,8 mts de linha nova no município de Itaqui para melhoria do pool de combustíveis.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A FNS não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta da Administração, pesquisas em desenvolvimento já divulgadas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2019 foram investidos R\$ 1.902 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ante R\$ 411 mil investidos em 2018.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2019, foram investidos R\$ 1.902 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, foram investidos R\$ 1.902 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com Influência Relevante**

Em 31 de dezembro de 2018, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia optou por não divulgar projeções e estimativas.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções e estimativas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12. Assembleia E Administração

12.1. Estrutura Administrativa

(a) Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração:

Sem prejuízo às atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (a) eleger, avaliar e destituir os Diretores da Companhia e estabelecer suas atribuições;
- (b) distribuir a remuneração fixada pela assembleia geral entre os seus membros e os da Diretoria;
- (c) fiscalizar o desempenho dos Diretores, examinar os livros e documentos da Companhia a qualquer hora, solicitar informações acerca de contratos celebrados ou a serem celebrados, ou quaisquer outros atos;
- (d) deliberar sobre os relatórios e contas dos Diretores;
- (e) deliberar a respeito do aumento do capital social da Companhia até o limite autorizado pelo Estatuto Social;
- (f) manifestar-se sobre as propostas de destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, para posterior encaminhamento à Assembleia Geral.

Diretoria:

Compete a Diretoria, de forma colegiada, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) aprovar as normas de pessoal da Companhia, inclusive relativas à fixação de quadro de remuneração, direitos e vantagens;
- (b) aprovar a organização interna da Companhia e respectiva distribuição de competências;
- (c) autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento, no País e no exterior;
- (d) elaborar, em cada exercício, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral.

Comitês:

A Companhia não possui qualquer comitê estatutário.

(b) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Estatuto Social da Companhia não individualiza as atribuições e poderes de cada um de seus diretores. Com base nas políticas internas da Companhia, compete:

- Ao Diretor Presidente: dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, (i) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos demais Diretores; (ii) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;
- Ao Diretor Vice-Presidente: dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos e ausências temporárias;
- Ao Diretor de Relações com Investidores: dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a CVM, a BM&FBOVESPA, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

Para uma descrição detalhada dos poderes gerais conferidos aos membros da diretoria, referir-se ao item 12.1 "a" acima.

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

(d) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração:

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

12. Assembleia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

12. Assembleia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

12. Assembleia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4. Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fabricio Rezende de Oliveira	11/10/1980	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2020	30/07/2022	1
076.569.617-71	Administrador	19 - Outros Diretores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor					
Gustavo Serrão Chaves	24/09/1976	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2020	30/07/2022	3
051.508.247-39	Engenheiro	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor					
Fábio Tadeu Marchiori Gama	28/03/1970	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2020	30/07/2022	0
117.106.628-75	Engenheiro Químico	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos					
Marlon Tadeu Ferreira Pinto	08/01/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	1
043.640.466-47	Engenheiro		30/07/2020	Sim	0%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto	26/08/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	2
012.454.106-28	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Milton Nassau Ribeiro	14/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	3
953.859.086-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.					
Leandro Fulgêncio Vieira	20/02/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	1
070.907.996-62	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Silvana Alcântara Oliveira de Souza	17/06/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	3
134.151.178-20	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor					
Igor Bretas de Figueiredo	31/01/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	2
044.302.166-06	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					
Rute Melo Araújo Galhardo	10/07/1977	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	3
192.181.808-51	Engenheira de Materiais	39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.		Diretor sem designação específica			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Fabricio Rezende de Oliveira - 076.569.617-71					
O Sr. Fabricio ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2011 como Gerente geral de Operação Ferroviária e hoje atua como Diretor de Portos e Terminais do Grupo VLI, além de ser membro do conselho de administração da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A.– controladora direta da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Ouro Preto e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade					
Gustavo Serrão Chaves - 051.508.247-39					
Gustavo Serrão Chaves atuou na força aérea brasileira como gerente de projetos de 01/1999 a 12/1999, após isso, fez carreira na força aérea até 06/2005, quando ingressou na Vale S.A., atuando como engenheiro de planejamento de material circulante até 03/2006, quando assumiu o cargo de supervisor de gestão de material de ferrovias até 2008, Após isso, assumiu na Ferrovia Centro Atlântica S.A. o cargo de gerente de planejamento do material rodante (de 05/2008 a 03/2010), tendo assumido a função de Gerente de reparo de componentes de locomotivas de 09/2009 a 03/2010. A partir de 03/2010, passou a ser o gerente geral de manutenção da Ferrovia Centro Atlântico S.A., cargo no qual permaneceu até 12/2012. De 01/2013 a 12/2014 atuou como gerente do corredor geral da ferrovia centro leste e Minas Rio e, a partir de 12/2014 até a presente data, atua como Diretor de Operações. É formado em engenharia mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1998, com MBA pela Fundação Dom Cabral em 2011 e realizou em 2012, na MIT Sloan – MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY o curso de Senior Leadership Program.					
Fábio Tadeu Marchiori Gama - 117.106.628-75					

O Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama é o Diretor Financeiro da VLI (CFO) desde 06 de julho de 2020. É formado em Engenharia Química. Exerceu cargos executivos nas empresas: AVON, MONDELeZ INTERNATIONAL, BRASIL KIRIN, FLEURY GROUP PLC, UNILEVER PLC, dentre outras. Na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Marlon Tadeu Ferreira Pinto - 043.640.466-47

O Sr. Marlon Tadeu ocupa desde fevereiro de 2018 o cargo de Gerente Geral de Planejamento Longo Prazo e Desenvolvimento de Projetos da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia, atuando desde 2011 na empresa e também como membro suplente do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul. Por outro lado, possui mais de 15 anos de experiência no ramo, adquirido na empresa anterior VALE, onde atuou como Supervisor de Engenharia e Coordenador de Planejamento (2005/2011). Graduiu-se em Engenharia de Controle e Automação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e, na Fundação Dom Cabral, concluiu o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto - 012.454.106-28

O Sr. Angelo Stradioto ocupou desde setembro de 2013 o cargo de Gerente Geral da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia. O Sr. Angelo já ocupou cargo de diretor na Ultrafertil S.A (2016/2017) e atualmente é membro suplente do Conselho de Administração de controladas da VLI. Adicionalmente, o Sr. Angelo possui mais de 15 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como a Falconi Consultores de Resultado, onde atuou como Consultor Sênior (2005/2008) e na Vale como Gerente de Negócios (2008/2013). Graduiu-se em Administração pela PUC Minas e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Milton Nassau Ribeiro - 953.859.086-49

O Sr. Milton Nassau Ribeiro ocupou desde abril de 2011 o cargo de Consultor Geral da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia –, sendo responsável pelas áreas jurídica, fiscal, compliance e de governança corporativa. Trabalhou anteriormente na CSN – uma companhia aberta que atua no setor siderúrgico – e na Vale – companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A –, tendo também sido International Associate do escritório White & Case, nos Estados Unidos. O Sr. Milton Nassau Ribeiro não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que o Sr. Milton foi, nesta data, indicado para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Centro Atlântica S/A. A assembleia geral de acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S/A que deliberará pela eleição do Sr. Milton foi convocada para o dia 22 de outubro de 2015. Adicionalmente, o Sr. Milton é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos. Possui especializações pela Kellogg School of Management, em Chicago, Estados Unidos (Skills, Tools and Competencies Program); pelo IMD, em Lausanne, Suíça (Mastering Leadership Program); pelo MIT, em Cambridge, Estados Unidos (Transformational Leadership Program); e pela Fundação Dom Cabral (Programa de Finanças Corporativas) e é professor do MBA Executivo e do LLM Corporativo do IBMEC/MG. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Leandro Fulgêncio Vieira - 070.907.996-62

O Sr. Leandro Fulgêncio ocupa desde outubro de 2016 o cargo de Gerente Geral de Controladoria da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia, atuando desde 2011 na empresa. O Sr. Fulgêncio não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, possui mais de 10 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como América Latina Logística – ALL, onde ocupou o cargo de Coordenador Comercial (2008/2009) e VALE, onde atuou como Gerente de Vendas (2009/2011). Graduiu-se em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais, e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Silvana Alcântara Oliveira de Souza - 134.151.178-20

A Sra. Silvana Alcântara é a atual Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, sendo eleita para tal função desde 10 de julho de 2009, reeleita pela última vez em 09/10/2014. No período de 1995 a 1998, atuou na área jurídica do Unibanco, instituição financeira, tendo atuado de 1998 a 1999 na Alcântara & Morgado Advogados Associados. De 1999 a 2000, atuou na América Latina Logística S.A. (ALL), companhia aberta que atua no setor de logística, na área de patrimônio, comunicação, meio ambiente e segurança do trabalho, tendo iniciado sua carreira na Companhia como Coordenadora, em agosto de 2003. Posteriormente, assumiu posições de Gerente Geral de Arrendamento, Concessões e Administração de Vendas, Gerente Geral de Temas Institucionais e, desde junho de 2009, é Gerente de Marketing, Regulatório e Relações Institucionais do Grupo VLI. Graduada em Direito pela Universidade Paulista (UNIP), MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA em Logística pela Coppead/ UFRJ. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Igor Bretas de Figueiredo - 044.302.166-06

O Sr. Igor Bretas ocupa desde agosto de 2013 o cargo de Gerente Geral da área Comercial da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia. Anteriormente, atuou 8 anos na Vale S.A., sempre na área comercial. Igor Bretas também é diretor estatutário da sociedade Ultrafertil S.A. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Rute Melo Araújo Galhardo - 192.181.808-51

A Sra. Rute Melo Araújo Galhardo juntou-se ao time da VLI Multimodal S.A. - sociedade que detém o controle direto da Companhia -, em janeiro de 2011 como responsável pela área de recursos humanos, para estruturar e implantar, em todas as disciplinas da área, os processos almejados pela VLI S.A. – sociedade que detém o controle da Companhia – e pelas sociedades por ele controladas (“Grupo VLI”), com foco na criação da cultura do Grupo VLI, no desenvolvimento da liderança e no suporte estratégico ao negócio. A Sra. Rute não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que a Sra. Rute atuou como membro suplente do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A conselheira foi eleita para ocupar o cargo titular no Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S/A, cuja assembleia geral de acionistas que deliberará pela eleição da Sra. Rute foi convocada para o dia 01 de setembro de 2017. Adicionalmente, a Sra. Rute possui mais de 14 (catorze) anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirlpool Latin America S.A., onde atuou como Gerente de Recursos Humanos (2007/2011), Gerente de Serviços – Atendimento ao Consumidor e Revenda e Call Center (2006/ 2007), e como Especialista Sênior de Recursos Humanos (2004/2006); e a Ambev – Cia de Bebidas das Américas, onde atuou como Gerente de Gente & Gestão Jundiaí e Paulínea (2001/2004). Graduiu-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getúlio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que a tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Fabricio Rezende de Oliveira - 076.569.617-71	
N/A	
Gustavo Serrão Chaves - 051.508.247-39	
N/A	
Fábio Tadeu Marchiori Gama - 117.106.628-75	
N/A	
Marlon Tadeu Ferreira Pinto - 043.640.466-47	
N/A	
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto - 012.454.106-28	
N/A	
Milton Nassau Ribeiro - 953.859.086-49	
N/A	
Leandro Fulgêncio Vieira - 070.907.996-62	
N/A	
Silvana Alcântara Oliveira de Souza - 134.151.178-20	
N/A	
Igor Bretas de Figueiredo - 044.302.166-06	
N/A	
Rute Melo Araújo Galhardo - 192.181.808-51	
N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há o que informar.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11. Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12. Item 12.12 revogado pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.000,00	6.000,00	0,00	12.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.000,00	6.000,00	0,00	12.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.800,00	4.800,00		9.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	4.800,00	4.800,00		9.600,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7. opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2019
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2018
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em razão da função que ocupam na Companhia que tenha sido reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Contudo, os 4 membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são também empregados de sua controladora direta VLI Multimodal ou de sua controladora indireta, a VLI S.A. Considerando que a VLI Multimodal é controlada pela VLI S.A. que detém 99,9% de sua participação, estes administradores receberam nos 3 (três) últimos exercícios sociais pagamentos referentes à remuneração não relacionada ao exercício de cargos na Companhia, conforme tabela consolidada das duas empresas, abaixo:

Exercício Social 2019

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	4.430.221	7.540.286	0	11.970.507
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2018

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	21.964.109	13.163.379	0	35.127.487
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2017

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	5.911.821	6.041.998	0	11.953.819
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração**13.16. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

A remuneração 2019 é inferior ao ano anterior, principalmente, em função da não realização de resgates dos programas de Incentivo de Longo Prazo até o momento. Além disso, ocorreram alterações de membros do Conselho de Administração.

A remuneração 2018 foi retificada em virtude da inclusão dos resgates dos programas de Incentivo de Longo Prazo que foram efetuados após o envio do formulário de referência. Destacamos ainda que, em 2018 foi registrado o maior pagamento de Incentivo de Longo Prazo na história da companhia pois os programas estavam bloqueados para resgate nos períodos anteriores.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. Recursos Humanos****14.1 - Descrição dos recursos humanos****a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

O quadro abaixo mostra o número de empregados da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 com base na atividade desempenhada:

Natureza	2017	2018	2019
Administrativo / Operacional	4.208	4.187	4.154
Nível Técnico	590	662	724
Técnico Profissional	383	368	421
Supervisão	167	196	199
Gerência	39	45	51
Total Geral	5.387	5.458	5.549

O quadro abaixo mostra o número de empregados da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 por localização geográfica:

Estado / País	2017	2018	2019
BA - Brasil	440	436	418
DF - Brasil	9	10	12
ES - Brasil	187	255	239
GO - Brasil	183	190	184
MG - Brasil	3.425	3.435	3.493
RJ - Brasil	129	101	88
SE - Brasil	7	7	6
SP - Brasil	1.007	1.024	1.109
Total	5.387	5.458	5.549

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O quadro abaixo mostra o número de terceirizados da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, com base nas características da atividade desempenhada:

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Natureza	2017	2018	2019
Eventual	96	56	20
Permanente	1.734	1.537	1.283
Projeto	929	436	299
Total Geral	2.759	2.029	1.602

O grupo denominado "Permanente" engloba atividades tais como (i) manutenção de locomotivas e vagões; (ii) manutenção de via permanente; (iii) infraestrutura de postos de combustíveis; (iv) preventivas; (v) administrativas; e (vi) meio ambiente (tratamento de efluentes e atendimento de ocorrências). O grupo denominado "Temporário/Eventual" engloba atividades tais como obras civis e recuperação de vagões.

Registros referentes a funcionários terceirizados estratificados por estado brasileiro em 2019:

2019				
Estado / País	Eventual	Permanente	Projeto	Total Geral
BA - Brasil		161	13	174
ES - Brasil		30	41	71
GO - Brasil		57	31	88
MA - Brasil		33		33
MG - Brasil	20	874	154	1.048
PR - Brasil				0
RJ - Brasil		23		23
SE - Brasil		1		1
SP - Brasil		104	60	164
TO - Brasil				0
Total	20	1.283	299	1.602

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade verificado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 foi de, respectivamente, 11,60%, 11,00% e 11,30%.

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Na data de encerramento dos 3 (três) últimos exercícios sociais, a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas foi de:

Em 31 de dezembro (em R\$ mil)

2017	2018	2019
43.548	26.136	27.834

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante com relação aos números divulgados no item "14.1." acima.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados***14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados******a. Política de salários e remuneração variável***

A política de remuneração e estrutura da Companhia visa proporcionar aos seus empregados salários competitivos com o mercado, considerando as condições orçamentárias, com propósito de atrair, recompensar e reter os profissionais que trazem resultados para a Companhia. A política é válida para todos os seus níveis hierárquicos, exceto níveis gerenciais, os quais possuem uma política de remuneração diferenciada. Para remuneração variável, os empregados de cargo não gerencial podem receber até aproximadamente 6 (seis) salários nominais e para aqueles que ocupam posição gerencial, a remuneração variável pode chegar a 8 (oito) salários nominais para cargos de supervisão e 11 (onze) salários nominais para cargos de gerentes de área. A remuneração variável é definida de acordo com o alcance dos indicadores financeiros EBITDA e AFFO e das metas coletivas e individuais, sendo o pagamento realizado no 1º trimestre do ano subsequente.

b. Política de benefícios

Além dos benefícios concedidos por força de lei, a Companhia oferece a todos os seus empregados, a partir de sua entrada na Companhia, incluindo os de nível gerencial, auxílio refeição e alimentação, vale transporte, assistência médica e odontológica, previdência privada, seguro de vida, auxílio creche, reembolso escolar e demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho. No caso do reembolso educacional, o empregado co-participa com um percentual, que varia de acordo com o salário e a modalidade do curso.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**14.4 – Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Nossos empregados são representados pelos sindicatos das localidades em que possuímos estabelecimentos.

Embora nem todos os nossos empregados estejam filiados aos sindicatos, por lei todos gozam dos direitos e prerrogativas previstos nos acordos coletivos de trabalho.

Acreditamos ter bom relacionamento com nossos empregados e sindicatos que os representam, informamos que jamais ocorreram greves ou qualquer paralisação significativa em nossas atividades ao longo de todo nosso histórico.

Cumprimos os Acordos Coletivos de trabalho definidos para cada localidade/região onde atuamos, e na hipótese de discordância legal, buscamos o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. Nos abstermos de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

Os Acordos Coletivos de Trabalho atualmente em vigor são celebrados anualmente.

Relacionamos abaixo os sindicatos que representam os nossos empregados, bem como: nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas anuais das respectivas categorias:

Sindicato Município UF

Sindicatos	Município	UF
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	BH
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TRANSPORTE FERROVIÁRIO E METROVIÁRIO DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE	Salvador	BA
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	RJ
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA	Campinas	SP
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA SOROCABANA	Osasco	SP

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem informadas.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.835.966.791	100,000	0	0,000	1.835.966.791	100,000
VLI Multimodal					
42.276.907/0001-28	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/12/2015	
1.835.966.791	100,000	0	0,000	1.835.966.791	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VLI Multimodal				42.276.907/0001-28		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
TOTAL						
380.101.007.254	100,000	0	0,000	380.101.007.254	100,000	
VLI S.A.						
12.563.794/0001-80	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
380.101.007.253	99,999	0	0,000	380.101.007.253	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VLI S.A.				12.563.794/0001-80		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Brasil Port Holdings L.P						
19.865.869/0001-27	Canadense	Sim	Não	19/08/2014		
88.907.904	1,000	0	0,000	88.907.904	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
BROOKFIELD BRAZIL INFRASTRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES						
16.718.541/0001-90		Sim	Não	19/08/2014		
2.267.516.800	25,505	0	0,000	2.267.516.800	25,505	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço						
09.234.078/0001-45	Brasileira	Sim	Não	14/04/2014		
1.413.854.823	15,902	0	0,000	1.413.854.823	15,902	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VLI S.A.				12.563.794/0001-80		
Misui & Co.						
05.466.338/0001-57	Japonesa	Sim	Não	14/04/2014		
1.778.158.082	20,000	0	0,000	1.778.158.082	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
8.890.790.411	100,000	0	0,000	8.890.790.411	100,000	
Vale S.A.						
33.592.510/0001-54	Brasileira-RJ	Sim	Não	19/08/2014		
3.342.352.802	37,593	0	0,000	3.342.352.802	37,593	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

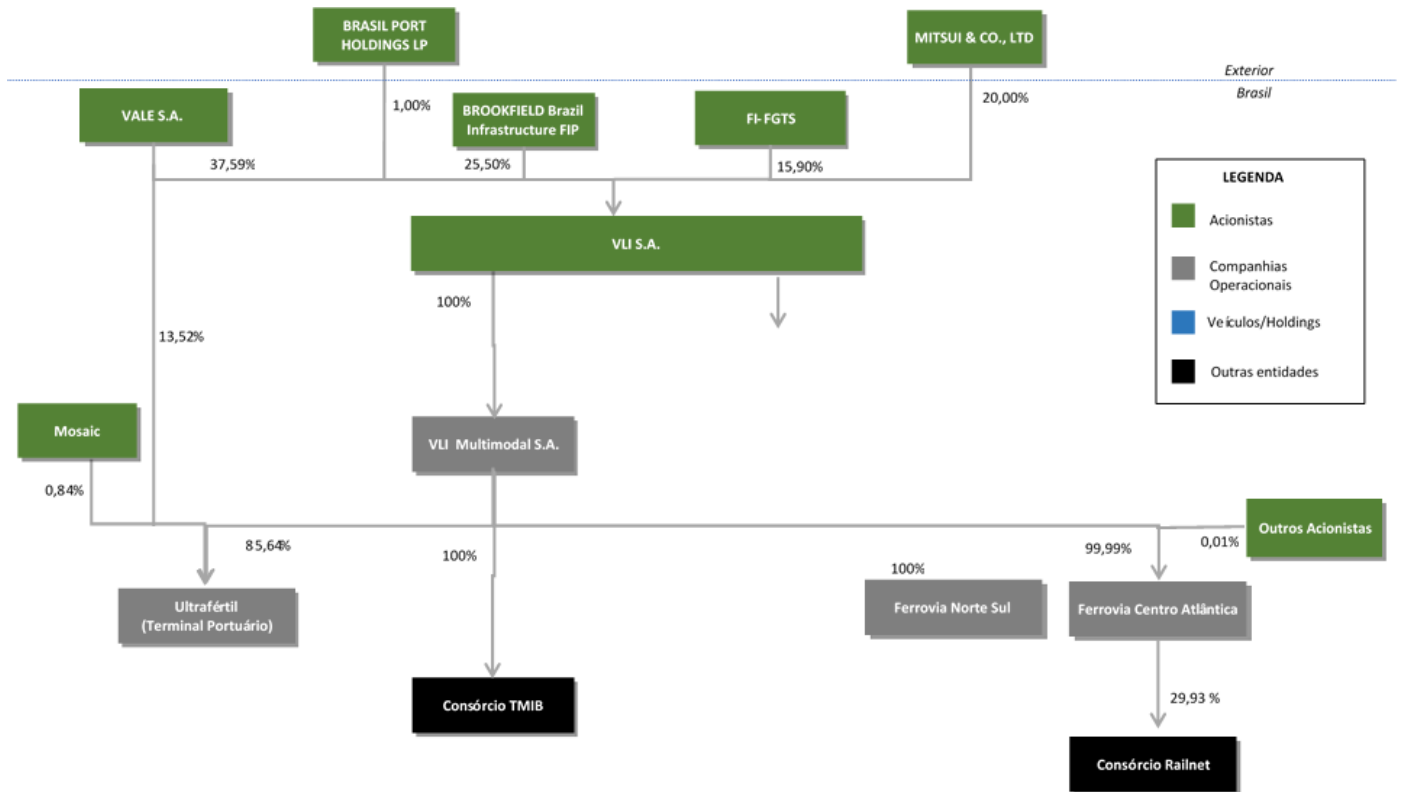
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Em 31 de dezembro de 2019, não havia qualquer acordo de acionistas vigente envolvendo a Companhia ou do qual o controlador seja parte, que regulem o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7. Principais operações societárias

30 de agosto de 2019: VLI Multimodal S/A incorporou a VLI Locação de Locomotivas Ltda, adquirindo 100% desta última.

28 de dezembro de 2010: Vale S.A. transfere para Vale Logística de Carga Geral S.A. (atual denominação da VLI S.A.) o montante de 1.354.911.133 ações ordinárias de emissão da Companhia, alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia, tendo o controle indireto da Companhia permanecido inalterado (detido pela Vale S.A.);

31 de março de 2011: Transferência do montante de 1.354.911.139 ações ordinárias de emissão da Companhia da VLI S.A. para a Vale Operações Ferroviárias S.A., (atualmente denominada VLI Multimodal S.A.) passando esta última a ser a controladora direta da Companhia. A VLI Multimodal, por sua vez, é controlada pela VLI S.A.

Abril de 2014: Vale S.A efetiva a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200.000,00 (um bilhão, quinhentos e nove milhões, duzentos mil reais), representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. ("Mitsui"). Nesta operação R\$ 709.200.000,00 (setecentos e nove milhões, duzentos mil reais) foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) aportados na VLI.

Abril de 2014: Vale S.A. efetiva a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ("FI-FGTS"), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Agosto de 2014: Vale S.A. efetiva a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A..

29 de dezembro de 2015: VLI S.A. integraliza parte do capital social da VLI Multimodal com aporte de ações de emissão da Companhia de sua propriedade, de modo que a VLI Multimodal passou a ser a única acionista da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O procedimento de tomada de decisões na Emissora para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular.

Além do que está previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a Companhia adota estritamente a prática de restringir a participação dos administradores e acionistas, conforme o caso, em qualquer matéria em que eles possam ter interesse conflitante com a Companhia. Os próprios administradores abstêm-se da participação nas deliberações, mas as partes relacionadas não recebem, por exemplo, o mesmo material enviado às partes não relacionadas e não participam das discussões das matérias em que possam haver interesses conflitantes. Isso é aplicado não apenas na Emissora, mas também em sua controladora indireta, em que os seus respectivos acionistas também realizam transações diretamente com a Emissora, com a controladora indireta ou com qualquer de suas subsidiárias. Nesses casos, as transações até R\$10 milhões são deliberadas pela Diretoria Executiva da controladora indireta e, acima desse valor, após aprovadas no colegiado da Diretoria Executiva, são remetidas aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora indireta e, após sua análise e recomendação, remetidas para deliberação do Conselho de Administração da controladora indireta da Emissora.

É importante destacar que, para análise e discussão da transação, somente as partes não relacionadas participam das pautas das reuniões nesta situação. Os membros indicados pelas partes relacionadas sequer permanecem na sala de reunião, não participam das discussões sobre o tema nem emitem recomendações ou deliberam sobre o tema. Os membros do Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração que não são partes relacionadas na transação avaliam o material de apoio às deliberações e decidem se as partes relacionadas terão acesso e, em caso positivo, a quais trechos pontuais do material eles terão acesso, desde que não comprometa a imparcialidade da análise. Assim, são enviados, portanto, materiais exclusivos para cada uma das partes relacionadas, de forma que não tomem conhecimento dos itens da transação que possam, de algum modo, estar relacionados à parte relacionada que o indicou ou ocasionar conflito de interesse.

Quando da deliberação no Conselho de Administração da controladora indireta da Emissora, o mesmo ocorre em relação aos membros indicados pelas partes relacionadas: eles não recebem o material de apoio enviado para as partes não relacionadas, recebem apenas o material aprovado na forma descrita no parágrafo acima, não participam das discussões e, principalmente, não participam das deliberações.

Todos esses procedimentos estão devidamente descritos no Regimento Interno do Comitê de Assessoramento da controladora indireta da Emissora e na Política de Transações entre Partes Relacionadas, esta última aplicável tanto à controladora indireta quanto às suas subsidiárias, entre as quais, a Emissora.

Adicionalmente, o artigo 17, item "m" do Estatuto Social da Companhia atribui ao Conselho de Administração a competência para fixar as condições gerais de celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores ou sociedades controladas ou controladoras de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas condições. O Conselho de Administração da Emissora conta, também, com um membro indicado pelos seus empregados e seu respectivo suplente, indicado por meio de processo eleitoral conduzido entre os empregados, pelo departamento de Recursos Humanos da

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Emissora, com regulamento aprovado pelo Conselho de Administração e indicação da chapa vencedora nas eleições, considerando os votos dos empregados colhidos em todas as localidades em que há operação da Emissora.

Todos os materiais relativos a transações sobre partes relacionadas, fornecidos tanto aos administradores da Emissora, quanto aos administradores das demais empresas do grupo envolvidas nessas transações, observado o procedimento de avaliação do material pelo Comitê de Assessoramento apresentado acima, contém informações detalhadas sobre (i) os benefícios objetivados pela Companhia e pela Parte Relacionada; (ii) os direitos e obrigações de cada parte decorrentes da transação; (iii) os valores envolvidos na transação tais como volumes, preços, custos, multas e outros; e (iv) o histórico das negociações. Além disso, a comparação com operações similares de mercado ou mesmo a comparação hipotética, para os casos em que não há operações similares, são detalhadas no check de partes relacionadas, em que são respondidas as seguintes questões de maneira bastante completa e detalhada:

Fairness test – comparativo da transação com outras similares de mercado: (i) Quais são as transações que você utilizou para comparar neste caso?; (ii) A transação, quando implementada, será mais vantajosa para a outra parte do que para a FNS? Se ela fosse realizada com um terceiro, as bases de negociação seriam diferentes?; (iii) A FNS deixaram de obter alguma oportunidade de negócio em função da celebração dessa transação com uma parte relacionada? (iv) A FNS e/ou sua subsidiária possuem interesse nesse negócio com a parte relacionada? Qual é esse interesse?; (v) A negociação efetivada está documentada, demonstrando a evolução das tratativas, de forma a permitir a comprovação da sua lisura e diligência na condução da operação? De que modo?; (vi) A área solicitou propostas para terceiros, realizou algum procedimento de tomada de preços, ou tentou, de qualquer outra forma, fundamentar a decisão que definiu os critérios a serem aplicados para a realização da transação? Inclua o comparativo de preços na PDD; (vii) Descreva detalhadamente as medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir que a operação está em condições equilibradas para ambas as partes

Arms lenght bargain comparison: comparativo com outras transações hipotéticas, caso as operações fossem realizadas com uma empresa não vinculada: (i) Como não há transações semelhantes no mercado, qual hipótese você utilizou para fazer a comparação?; (ii) Se essa transação pudesse ser realizada com terceiros, ela seria concluída nos mesmos termos e condições que estão sendo ajustadas? Por quê?; (iii) Quais os parâmetros utilizados para realizar essa comparação? Pesquisa de operações semelhantes, comparação com transações anteriores já executadas entre as partes, propostas de terceiros, outros modais. Informe; (iv) Não há alternativas para que essa transação seja realizada com terceiros? Por quê? Apresentar alternativas pesquisadas e demonstrar inviabilidade, se aplicável; (v) Descreva detalhadamente as medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir que a operação está em condições equilibradas para ambas as partes.; (vi) A negociação efetivada está documentada, demonstrando a evolução das tratativas, de forma a permitir a comprovação da sua lisura e diligência na condução da operação? De que modo?

Dessa forma, as transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Vale Fertilizantes S/A	23/04/2012	1.115.596,61	460.252,13		2011 a 2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto (VLI S/A)						
Objeto contrato	Locação de 820,74m² (salas) do imóvel localizado na Rua Sapucaí, 383, 2º andar – Floresta – Bhte/MG						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Vale S.A.	23/04/2012	2.055.538,58	0		2011 a 2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto (VLI S/A)						
Objeto contrato	locação de 1.220,24m² (andar inteiro) do imóvel localizado na Rua Sapucaí, 383 - 4º andar – Floresta – Bhte/MG.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	N/A						
VLI MULTIMODAL S.A	30/09/2013	52.614.012,73	166.970.091,05	219.584.103,78	14 anos, extinguindo-se em 29/06/2027 ou até o cumprimento de todas as obrigações oriundas e/ou decorrentes do contrato.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Locação de 29 locomotivas e 264 vagões à VLI Multimodal						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	O acordo prevê indenizações relativas a avarias dos bens alugados a serem liquidadas em até 30 dias a contar da data em que as partes chegarem ao consenso sobre o montante.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) pedido ou decreto de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (ii) Ocorrência de caso fortuito ou força maior que paralize a execução do contrato por mais de 12 meses; (iii) Fraude ou Dolo; (iv) Comunicação da parte interessada com antecedência de 30 dias; (v) Atrasos injustificados nos pagamentos por períodos maiores que 12 meses; (vi) Atrasos injustificados na disponibilização de informações que não sejam sanados no prazo de 60 dias; (vii) Descumprimento de qualquer das obrigações pela LOCATÁRIA que resulte diretamente no impedimento para a LOCADORA continuar o regular cumprimento e suas obrigações e que não seja sanado no prazo de 60 dias						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Vale S.A. e VLI Multimodal S.A.	09/08/2013	1.890.053.907,29	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	até o final da concessão da EFVM/EFC (estimada para 29 de junho de 2027), com prorrogação automática do contrato na hipótese de prorrogação dos contratos de concessão das ferrovias EFVM e EFC, por prazo idêntico à prorrogação destes.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto (VLI S/A) e Controlador Direto						
Objeto contrato	Prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas e serviços correlatos						
Garantia e seguros	O acordo prevê indenizações relativas a furtos, perdas ou avarias das mercadorias e serão tratadas em processo específico e, se devidas, serão liquidadas até 60 (sessenta) dias após o recebimento do pedido de indenização. O preço a ser considerado será aquele declarado na nota fiscal à época do transporte.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, em benefício da parte em razão da qual foi solicitada a resolução, direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) descumprimento pela outra parte de qualquer obrigação prevista no contrato, exceto se o descumprimento for sanável e se a parte inadimplente corrigi-lo no prazo de 90 (noventa) dias após recebimento de notificação por escrito neste sentido enviada pela parte credora da obrigação; (ii) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (iii) ocorrência comprovada de fato do príncipe, fato da Administração, caso fortuito ou de força maior, que venha paralisar a execução do contrato por mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos; e (iv) mudança de controle societário, direto ou indireto, de uma das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Interveniente Anuente						
VALE S/A	22/05/2015	44.471.037,27	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	O Contrato terá vigência de 30 (trinta) anos ou até o termino da subconcessão. Considerando que o valor da transação é variável, dependendo do volume de serviços prestados, a Emissora informará apenas o montante já executado, não sendo possível aferir, nesse momento, o saldo existente e o montante de interesse da parte relacionada.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Integrante do bloco de controle indireto da Companhia						
Objeto contrato	Contrato Operacional Específico, tendo como objetivo (i) realizar operações específicas em tráfego mútuo e/ou em direito de passagem; (ii) aprimorar a eficiência operacional global para o transp. ferroviário e as melhores condições e atratividade, em relação aos usuários de modo geral, de forma a possibilitar o incremento do transporte ferroviário entre as partes; (iii) manter um elevado padrão de relacionamento entre as partes, a fim de que seja possível a ampliação do atendimento às demandas por transporte de cargas nas suas áreas de influência, induzindo o desenvolvimento econômico das regiões atendidas, tudo de acordo com o contratos de concessão, bem como, ainda, em estrita observância às normas e regulamentos técnicos aplicáveis a matéria; e (iv) considerar como local de entroncamento entre as duas ferrovias o pátio da estação de Açailândia, no estado do Maranhão, operado pela Vale S.A., onde será feito o intercâmbio das comp. ferroviárias com cargas despachadas em tráfego mútuo.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A rescisão do contrato pode se dar, mediante aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no prazo de 30 (trinta) dias, somente em caso de descumprimento por qualquer das partes de qualquer cláusula do contrato e desde que a parte inadimplente, após recebimento notificação prévia, por escrito e com prova de recebimento, identificando inadimplemento, deixe de corrigir o seu inadimplemento dentro de 90 (noventa) dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora de Serviço e Contratante.						
VALE S/A	26/08/2014	18.486.590,30	15.000.716,00	33.487.306,15	24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, ou quando do cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato, o que ocorrer primeiro.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Integrante do bloco de controle indireto da Companhia						
Objeto contrato	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em material rodante, fornecimento e reposição de peças, componentes e partes, bem como Serviços de inspeção em Carro Controle, Ultrassom e Tratamento de Trilhos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, qualquer das Partes poderá resolver este Contrato mediante comunicação por escrito à outra Parte, sem que caiba qualquer reclamação, indenização ou compensação em benefício da Parte que recebe o comunicado de resolução, nos seguintes casos: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra Parte; (ii) ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, que venha paralisar a execução do OBJETO por mais de 90 (noventa) dias ; e (iii) na hipótese de as multas aplicadas à outra Parte atingirem 10% (dez por cento) do valor do contrato Ocorrendo resolução motivada por qualquer das Partes, ressalvadas as hipóteses dos itens (i) e (ii), a Parte que lhe der causa responderá por multa resolutória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, atualizado conforme variação do IGP-M/FGV – Índice Geral de Preços do Mercado, desde a data da assinatura deste Contrato até a data do efetivo pagamento da referida multa, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. Fica desde já estabelecido que a presente penalidade é cumulativa às demais penalidades do Contrato, não se sujeitando ao limite estabelecido no artigo 397 do Código Civil.						
Natureza e razão para a operação							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora de Serviços						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no item 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia realiza transações com partes relacionadas sempre com o fim de melhor atender os seus interesses, bem como de todos os seus acionistas.

As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Dessa forma, as transações com partes relacionadas não geram quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas, ou mesmo, caso não haja operações semelhantes no mercado, levanta situações hipotéticas ou similares para realizar as comparações.

A Companhia utiliza métodos comparativos de análise em caso de transações menos complexas entre as partes relacionadas, como contratos de prestação de serviços, cessão ou comodato de equipamentos, transporte de carga, locação de imóvel, entre outros. Nesses casos, as premissas desses contratos são comparadas a operações similares de mercado ou outras operações previamente celebradas pela Emissora com outros clientes que não são partes relacionadas, buscando-se comparar com situações em que a parte relacionada não estivesse envolvida. Assim, são comparadas, por exemplo, as tarifas aplicáveis em contratos de transporte celebrados com clientes da Companhia, em outras ferrovias e/ou outros modais (como o rodoviário), o valor do mercado local para locação de imóvel nos mesmos padrões do imóvel cotado com a parte relacionada, valor de equipamento novo ou equipamentos usados disponíveis em terceiros não considerados partes relacionadas, entre outros. A comparação sempre é realizada levando-se em consideração o valor eventualmente cobrado de ou pelo terceiro para celebração da transação, seja ele um cliente da própria Companhia, um terceiro não cliente, ou mesmo um referencial obtido no mercado, mediante pesquisa desenvolvida pela área de Suprimentos ou cotação direta realizada pela área demandante da transação. Além disso, os contratos utilizados com partes relacionadas são as mesmas minutas padrão utilizadas com partes não relacionadas, o que garante a comutatividade em direitos e obrigações para as partes.

Por outro lado, são utilizadas premissas de avaliação econômico-financeira para avaliação e validação dos projetos da Companhia através do método de fluxo de caixa descontado, analisando indicadores tais como Taxa Interna de Retorno - TIR, Valor Presente Líquido – VPL, payback (prazo de retorno financeiro do projeto analisado). Os resultados dessas análises são comparados, também, com projetos previamente aprovados na Companhia e o padrão mínimo de retorno de investimentos realizados pela Companhia, que estabelecem valores mínimos para os indicadores destacados acima.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Nesses casos, em que há maior complexidade na transação e, eventualmente, envolvam aumento de capacidade produtiva da Emissora, a avaliação é aprofundada e busca garantir a relação equânime entre as partes, sem causar prejuízo ou benefício a mais para qualquer uma delas.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes da Emissora constam nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Subscrito				
15/11/2017	1.859.133.976,33		1.835.966.791	0	1.835.966.971
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/11/2017	1.859.163.976,33		1.835.966.791	0	1.835.966.791
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/04/2016	1.826.893.291,99	à vista	1.812.155.522	0	1.812.155.522
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/04/2016	1.826.893.291,99		1.812.155.522	0	1.812.155.522
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/01/2016	1.714.127.737,53		1.712.476.162	0	1.712.476.162
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/01/2016	1.714.127.737,53		1.712.476.162	0	1.712.476.162

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/01/2016	Assembleia Geral Extraordinária	25/01/2016	1,651,573.81	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
07/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	07/04/2016	112,765,554.46	Subscrição particular	99,679,360	0	99,679,360	6.57859691	1.13	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo de avaliação contábil emitido em 30 de outubro de 2016, considerando a data base de 30/06/2015, elaborado pela empresa Teixeira & Associados Auditores Independentes - Nexia Teixeira Auditores e arquivado na sede da Companhia, cumprindo requisito necessário para estabelecer o valor de emissão de novas ações previsto na Lei das S/A (art. 170, §1º).								
Forma de integralização		À vista, mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, realizados por essa acionista até a presente data.								
15/11/2017	Assembleia Geral Extraordinária	15/11/2017	30,000,000.00	Subscrição particular	1,835,966,791	0	1,835,966,791	1,829.13397633	1,259,907.67	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Foram utilizados os requisitos previsto na Lei 6.404/76 (art. 170, §1º).								
Forma de integralização		As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas, pela acionista da Companhia, a VLI Multimodal S.A, mediante capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs, realizados por essa acionista até a presente data.								
15/11/2017	Assembleia Geral Extraordinária	15/11/2017	2,240,684.34	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se nos itens anteriores

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	25% dos lucros líquidos anuais, ajustados nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os direitos dos acionistas no reembolso de capital são regidos pela Lei das Sociedades por Ações. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do quadro acionário da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco sua estabilidade financeira.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aprovação da maioria do capital social votante da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) participar da distribuição dos lucros; (ii) participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação; (iii) preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e (v) retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes a serem informadas.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de

Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais

ou Políticos Previstos no Estatuto

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros títulos a informar.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros títulos para informar

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

A companhia possui seus valores mobiliários admitidos à negociação em mercado de balcão não organizado.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercado estrangeiro.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior a informar.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo

controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de

Terceiro

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todos os itens relevantes do Emissor encontram-se nos itens anteriores.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem informações relevantes sobre a pauta

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem informações relevantes sobre a pauta

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À

Divulgação de Informações

21. Política de divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

Campo facultativo para emissor da categoria “B”

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre a pauta